

2022 – a escola de volta



» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da Ufpe

O ano de 2021 se foi, sem deixar saudades. Tínhamos a esperança de que começaríamos o ano escolar no ensino presencial, mas não foi isso que aconteceu. O atraso na vacinação e a chegada da variante delta impediram o retorno presencial na grande maioria das escolas públicas brasileiras. O primeiro semestre escolar foi ainda por meio do ensino remoto. Como milhões de estudantes não tinham como acessá-lo, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, ficaram sem praticamente realizar atividades escolares. Um desastre educacional: retrocesso gigantesco na proficiência escolar, aumento da desigualdade educacional e do abandono escolar. Mas, graças à ciência e aos esforços das unidades federativas, com o forte apoio dos meios de comunicação, a ignorância foi vencida, e a vacinação prosperou em nosso país. Com isso, o segundo semestre foi gradualmente iniciado já com algumas atividades presenciais combinadas às remotas, dando origem ao ensino híbrido.

Criança gosta de estar com criança, jovem gosta de estar com jovem, de se relacionar, o que é típico da natureza humana, e a escola possibilita a construção de tais relações. A escola é um ambiente muito rico para a construção de “pontes”, muitas vezes para o resto da vida. Por isso, não é à toa que a “educação a distância” se inclui nas lembranças das quais os nova-iorquinos querem se livrar,

conforme cartas queimadas na Times Square para se despedir das memórias pandêmicas de 2021.

O ano de 2022 chega com grandes desafios pela frente. Como disse o padre Júlio Lancelotti em seu belo texto “Esperança e resistência”, este será um ano para apoiar quem desmaiou de fome, buscou comida no lixo e teve seus direitos desprezados. Junta-se a esses o desafio de trazer a escola de volta, uma escola plena, que possa cada vez mais nos ensinar a amar a pequenez, como disse o santo papa Francisco na homilia da missa do galo, como um caminho para a verdadeira grandeza e para redescobrir as pequenas coisas — um chamamento a toda a sociedade para a busca de uma vida mais humilde.

Com certeza teremos uma nova escola, que entendeu que as novas tecnologias podem ser grandes aliadas no processo de ensino e de aprendizagem, especialmente para vencer os grandes deficits deixados pela pandemia. Vamos precisar como nunca exercer o espírito de colaboração entre escolas, entre gestores, entre professores e alunos — não apenas para trocar experiências exitosas, mas para romper com velhas práticas. Se, por um lado, o desafio é gigantesco, por outro se abrem muitas janelas de oportunidades para promover a inovação no ambiente escolar. Professores e alunos tiveram de se reinventar com a pandemia. Vamos fazer disso um exercício

permanente e dar um não definitivo à acomodação. Gosto muito de uma frase de Richard Hamming, matemático americano já falecido, que dizia que o professor deveria preparar o aluno para o futuro do aluno, e não para o passado do professor. É uma frase que estimula todos nós, professores, a olhar sempre para o aluno, a prepará-lo para viver o seu mundo e não o nosso, pois o presente é o passado do futuro.

O ano de 2022 será o ano da implementação do novo ensino médio, que promoverá a flexibilização e a educação integral. Espera-se que seja também o ano da aprovação e promulgação de uma lei que assegure a construção de um Sistema Nacional de Educação, fortalecendo a colaboração e a responsabilização dos entes federados na oferta de uma educação de qualidade e inclusiva. Por seu lado, 2022 também será um ano político, de eleições nas esferas federal e estadual, o que sempre traz um desafio adicional para a execução das boas políticas públicas, especialmente no campo da educação.

Sou um realista esperançoso, como dizia o saudoso Ariano Suassuna, por acreditar que, não obstante os inúmeros desafios que teremos pela frente, podemos ter a oportunidade de agir de forma diferente, de aprender com os nossos erros e de contribuir para que as crianças e os jovens deste país possam voltar a sorrir e a ter esperança no futuro. E, para isso, nada melhor do que ter a escola de volta.

Vacinar as crianças é dever do Estado

» MARIA FÁTIMA DE SOUSA

Enfermeira sanitária, professora associada do Departamento de Saúde Coletiva, da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade de Brasília. Doutora honoris causa pela Universidade Federal da Paraíba e pós-doutora pela Université du Québec à Montréal

Colocar em dúvidas a eficácia das vacinas para as crianças de 5 a 11 anos é mais um atentado contra a saúde pública coletiva. Essa é mais uma das ordens descabidas e cumpridas pelo ministro da Saúde sem nenhuma referência científica, inclusive afrontando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que aprovou a vacina Pfizer. Ele também vai de encontro aos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) e seus conselhos, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

O que estamos assistindo, mais uma vez, é a uma campanha contra a vacina, que salva vidas há décadas, e que, nessa pandemia, tem evitado ampliar ainda mais o número de mortes e de casos do covid-19 no país. Falta ao ministro a responsabilidade sanitária que exige o cargo que ocupa; faltou a honestidade científica, se colocando na contramão ao mundo onde pesquisadores e cientistas, autoridades de saúde e chefes de Estado de mais de 39 países a autorizaram e/ou iniciaram a vacinação em suas crianças, com a consciência sanitária de que essa é uma estratégia fundamental ao controle da pandemia, evitando assim a transmissão do vírus e das formas graves de adoecimentos e a evolução a óbitos.

Além de ficarem atentos a persistência da variante delta, do avanço da ômicron e dos cuidados que devemos ter com a segurança no retorno às aulas presenciais das crianças, sobretudo aquelas marcadas pelos vírus das desigualdades que se perfilam dia a dia na precissão dos desempregos, subempregos, insegurança alimentar e nutricional, moradias insalubres, transportes precários e pobreza indignas, entre outros fatores da face da desumanidade, agravados pela tragédia da pandemia.

Faltou ainda ao ministro da Saúde sinceridade ao assumir que a tal consulta pública e audiências (instrumentos necessários à elaboração das políticas públicas e construção de consenso) não se aplicam nessa matéria. Ao contrário, criou incertezas, pânico junto aos pais, principalmente aqueles que negam a ciência, atentando contra a saúde dos seus filhos e da população em geral. Um ato de obediência à ignorância atrevida e um desrespeito ao juramento que fez ao se comprometer cuidar da saúde das pessoas.

Faltou com a verdade que não se trata de falta de vacinas. Deveria assumir que nem sequer dispõe de autoridade perante os demais gestores do SUS, que seguirão responsáveis em não seguir uma orientação estapafúrdia e que, mais uma vez, coloca em risco a legitimidade e autoridade técnico-científica do Programa Nacional de Imunização (PNI).

Ao invés de prorrogar a campanha da vacinação para as crianças, deveria ter assumido que está desistindo de ser uma autoridade sanitária que deveria passar segurança à população em momento tão grave da saúde pública. Mas não, cumpre todas as ordens que lhe chegam de um presidente que só prestou desserviço à população, afinal o Ministério da Saúde deve orientar a nação da importância da vacinação, único caminho para seguir salvando vidas.

Ao contrário, promete que em janeiro vai vacinar, prorrogando uma ação governamental para ontem. Amanhã, quem assegura que as crianças não vão adoecer ou morrer? Um verdadeiro dismantelo. Ainda bem que existem servidores públicos vigilantes que defendem o PNI, o SUS, a vida e saúde da população brasileira mesmo em meio a um caos que agora alcança diretamente nossas crianças.

Não podemos esquecer que atitude dessa natureza contribui, cada vez mais, para a ampliação do movimento antivacina, permitindo às autoridades do governo federal induzirem as mães a não deixarem os filhos serem vacinados e assim desacreditarem nas decisões sobre os rumos do PNI, historicamente respeitado no Brasil e no mundo pela sua agilidade e capilaridade em todos os municípios brasileiros, dos centros às periferias das cidades vacinando nossas crianças, foi e é assim que é considerado um dos maiores e mais inclusivos programas de imunização em todas as nações. Podemos citar vários dos seus benefícios, mas destaco a erradicação da varíola nos anos 80 e da poliomielite na década de 90.

Logo, os pais precisam entender a urgência da vacinação porque a pandemia ainda não acabou, e essa é a forma mais eficaz de frear a contaminação e o surgimento de novas variantes do coronavírus. Apenas a imunização em massa nos protege e diminui o risco de contágio. Que os novos ares de janeiro nos livrem do atraso de mais uma lamentável decisão.

Ano novo e seus desafios de mudança

» JUVENAL ARAÚJO

Subsecretário de Direitos Humanos e Igualdade Racial

Ei, psiu! Você mesmo, que está lendo o jornal agora. Acredita que teremos um 2022 mais tranquilo? Como estão suas expectativas para este ano que se inicia? Com sentimentos misturados de esperança e retórica, acredito que um novo ciclo próspero e feliz só depende de cada um de nós.

Já se imaginou em um país com igualdade de direitos, valorização da vida, protagonismo de mulheres e homens negros, preservação das comunidades de povos tradicionais e de terreiros, fim do desemprego e da pobreza, garantia dos direitos dos trabalhadores, proteção à infância? Que outras benesses colocaria nesse pacote? E o que seria capaz de fazer para vivermos em um Brasil mais justo e igualitário?

Esse é um modelo de sociedade que dialoga com a fraternidade, com a justiça social, com garantia aos direitos constitucionais, políticos, econômicos, sociais e culturais para todos. Para negros e não negros. Se você é do time que acredita que hoje “há racismo em tudo”, sinto-lhe informar que na verdade sempre houve. A situação de agora é que estamos vivendo em tempos de engajamento contínuo dessa pauta racial, justamente para ampliar e qualificar o debate a partir de uma perspectiva afirmativa.

E eu convindo você, caro leitor, a dar um passo revolucionário, humanitário, transformador. Reconheça ser racista. Parece estranho, mas assumir esse racismo estruturado

e entranhado individualmente ajudará a sociedade a se movimentar de forma consistente e decisiva para a tão sonhada igualdade racial. Esse é um dos principais desafios para a pauta racial e consequentemente para o desenvolvimento do Brasil.

Negar o racismo nos mantém reféns de um sistema violento e excludente. A negação naturaliza a opressão como prática normal do dia a dia, como se nenhuma mudança estrutural fosse urgente e necessária ou ainda que a luta racial seja uma obrigação apenas do negro, mas é uma tarefa de todos nós. Temos um compromisso moral e histórico de nos corrigir de maneira ampla e coletiva, por meio da conscientização e adoção de políticas antirracistas, a fim de diminuir as desigualdades raciais e sociais do Brasil.

Não é uma transformação fácil de ser feita, diante dos 300 anos de escravização do povo negro no Brasil. Mudar significa reconhecer e abrir mão dos privilégios historicamente garantidos à parcela branca da sociedade. A herança de vantagens deixadas por nosso passado escravagista precisa deixar de existir e o acesso aos bens sociais, educacionais, profissionais, políticos precisam ser compartilhados em prol do bem comum.

Utilize suas redes sociais como instrumento contra as injustiças cometidas contra grupos sociais mais vulneráveis; converse abertamente de forma respeitosa com sua família, amigos e ambiente de trabalho e construa uma imagem pública real de

que é um racista em desconstrução, mostre a eles a importância de respeitar a existência e a humanidade de pessoas negras; eduque as crianças para não reproduzirem racismo recreativo ou estereótipos negativos, crie cidadãos capazes de respeitar as diferenças; apoie e principalmente não cometa fraudes contra as políticas públicas afirmativas; não naturalize violências; incentive a equidade proporcional de negros na empresa em que você trabalha, acredite que todos só terão a ganhar com um ambiente mais democrático e produtivo; não seja complacente com a ausência de representatividade negra nos espaços de poder; se informe, leia, consuma e valorize a rica produção de intelectuais negros; ajude o Estado a combater violências contra as principais vítimas de homicídio, feminicídio que infelizmente são as mulheres negras; se encontrar alguém que esteja sendo vítima de violência racial, o defenda e o encaminhe aos serviços de proteção.

São muitos os desafios. Mas não é possível haver democracia em uma sociedade racista. Coloquemos em prática esse ideal antirracista. Todos juntos: Estado e sociedade pela promoção da igualdade racial e construção de um mundo melhor. Teremos um ano inteiro de oportunidades para exercer nossas responsabilidades, reconhecer a importância dessas resistências e acreditar que só será possível enfrentar e vencer o racismo com políticas públicas efetivas e permanentes.